



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE TECNOLOGIA
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**CASA DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Adriana Bianca Tavares Pardo

Manaus - AM
Abril, 2022

Adriana Bianca Tavares Pardo

**CASA DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO
PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Monografia de Graduação apresentada a Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador
José Carlos Bonetti

Universidade Federal do Amazonas - UFAM
Faculdade de Tecnologia - FT

Manaus - AM
Abril, 2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P226c Pardo, Adriana Bianca Tavares
Casa de acolhimento temporário para pessoas em situação de rua / Adriana Bianca Tavares Pardo . 2022
45 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Jose Carlos Bonetti
TCC de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Casa. 2. Acolhimento. 3. Pessoa em situação de rua. 4. Homeless. 5. Shelter. I. Bonetti, Jose Carlos. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Agradecimentos

Em meio a um ano difícil e com questões novas ao mundo todo, esse trabalho foi pensado e refletido dentro de uma das problemáticas mais latentes nas grandes cidades: a população em situação de rua. A falta do morar há muito me sensibiliza e guia minhas reflexões dentro da arquitetura. A crise da covid-19 fez aparecer ainda mais uma hemorragia que nossos centros urbanos aprenderam a conviver e a sociedade como um todo aprendeu a abstrair. As dificuldades de um trabalho remoto, de se produzir algo para uma população sem poder ver de perto suas problemáticas e demandas se tornou um desafio a mais, mas nunca um desencorajador.

Dedico este trabalho às pessoas que tornaram esse desafio algo possível de ser superado. Primeiramente meu orientador, José Carlos Bonetti, que tornou um trabalho impossível e desafiador algo simples e estimulante.

À professora Lidiany de Lima Cavalcante, do curso de Assistência Social, que se fez indispensável ao entendimento da problemática sobre a qual este trabalho reflete.

Aos meus pais, João e Silvia, e irmãos, Jessica, Bruna e Caio, que foram sempre os pilares da minha caminhada durante todo o curso de arquitetura.

À Juliana, Laís, Jennifer, Vivian, Samia e Andressa, por terem dividido comigo os anos mais desafiadores e me ofereceram as melhores amizades.

À Pedro, que sem o suporte constante não teria chegado tão longe.

À Lucas, Caroline, Leonardo, Luana e Paulo que são minha família e casa em qualquer lugar do mundo.

À minha avó, Maria da Conceição, que não conseguiu ficar à tempo de me ver formada, mas quem sempre me dirigia palavras de carinho e incentivo.

E, finalmente, ao meu avô, Marinê Matias, que me ensinou a ser quem sou, a ter orgulho disso e a sempre querer ser mais.

“Os oprimidos, para contarem com a solidariedade dos outros, dependem de que estes não passem seus dias a enganar-se sobre sua liberdade. Não é mais livre quem manda do que quem obedece: somos irmãos na mesma miséria, e uma saída pede que todos lamentem suas armaduras de classe e a tristeza de não vivermos numa comunidade de troca, conversa e mútuo enriquecimento. ”

COSTA, Fernando Braga, 2004

Sumário

1. Introdução.....	01
2. Problematização.....	02
3. Justificativa.....	08
4. Objetivos.....	08
5. Metodologia e Instrumentação.....	09
6. Revisão Bibliográfica.....	10
6.1 Sobre as Políticas à População de Rua no Brasil.....	10
6.2 Recomendações Normativas.....	11
7. Lote Escolhido.....	12
7.1 O Lote.....	12
7.2 Projeto Original.....	14
7.3 Análise Estrutural.....	17
7.4 Entorno: Relações volumétricas e usos do solo.....	18
7.5 Condicionantes normativas.....	18
7.6 Condicionantes ambientais.....	19
8. Referências Projetuais – Estudos de caso.....	21
8.1 Edifício Operação Entre Empenas.....	21
8.2 Casa-Abrigo para os Sem-Teto.....	22
8.3 Abrigo para Desabrigados.....	24
9. Programa de Necessidades.....	25
9.1 Composição do Sistema de Atendimento.....	25
9.2 Programa de Necessidades Setorizado.....	27
9.3 Programa Setorizado no Volume.....	27
10. Conceito e Partido Arquitetônico.....	29
10.1 Reflexões sobre o tema – Conceito.....	29
10.2 Limitações e Potencialidades.....	29
10.3 Reflexões Projetuais – Partido Arquitetônico Adotado.....	30
11. Proposta de Intervenção.....	11
11.1 Implantação Geral.....	11
11.2 Plantas.....	32
11.3 Cortes.....	37
11.4 Corte de Pele e Detalhamento de Brises.....	39
11.5 Fachadas.....	40
11.6 Perspectivas.....	41
Referências Bibliográficas.....	44

1. Introdução

A cidade, palco das lutas sociais e políticas, é, ou deveria ser, direito de todos. O acesso à cidade, à moradia digna, aos espaços públicos ou privados, deveriam ser realidade universal. No entanto, no cenário do atual sistema capitalista onde a cidade, a moradia, o acesso à água, alimentos e qualquer necessidade básica de vivência humana, esse direito se subverte em mercadoria onde apenas alguns tem os recursos necessários para garantir.

As Casas de Acolhimento, ou Albergues Assistenciais, têm como objetivo oferecer acolhimento temporário ou permanente à pessoas em situação de vulnerabilidade social. Vulnerabilidade essa que pode ser, por exemplo, pessoas em situação de rua por diversos motivos, crianças em situação de insegurança no lar, mulheres vítimas de violência doméstica, e até mesmo idosos sem auxílio familiar.

Podendo ser de iniciativa privada, ou parte de programas do Estado, essas instituições visam ressocializar pessoas que não tem, ou que lhes foram tiradas, direitos básicos e que, por isso, se encontram em constante situação de insegurança e vulnerabilidade.

Segundo Maslow (1943), as necessidades humanas seguem um nível de hierarquia, que pode ser dividida em: auto realização, estima, afeto, segurança e, na base, as necessidades fisiológicas. Essas incluem acesso à comida, água e sono adequado. Quando as demandas da base não são atendidas, as seguintes não conseguem ser sequer reivindicadas.

O presente trabalho propõe um projeto arquitetônico de uma Casa de Acolhimento Temporário para pessoas em situação de rua na cidade de Manaus, a fim de atender uma parte da demanda sobrecarregada dos centros existentes e propor uma nova solução projetual para esse tipo de serviço.

Além de levar mais dignidade e uma intervenção com um foco maior no usuário, respeitando o caráter público da edificação, o tema se torna ainda mais relevante ao considerar-se o cenário atual socioeconômico e sanitário que o país atravessa durante a pandemia da Covid-19.

Com o aumento do desemprego e a ameaça do vírus, as ruas tornaram-se, ao mesmo tempo, lar dos sem-lares e o local de maior risco de contaminação. É imprescindível que essa parcela da população, até então invisível em muitos aspectos (estatísticos, legislativos, etc), seja ofertada uma forma adequada, segura e humana de moradia, mesmo que temporária, para que seja possível a ressocialização e garantia do resguardo de direitos básicos individuais.

2. Problematização

Com a expansão urbana evidenciada nos últimos dois séculos, novas problemáticas também surgiram. As pequenas cidades industriais se transformaram em grandes metrópoles entendidas pelo estudo do planejamento urbano como verdadeiros organismos vivos. E, assim como os seres humanos que são seus agentes transformadores e tem relação de simbiose com elas, as cidades exprimem as questões latentes à sociedade através de sintomas.

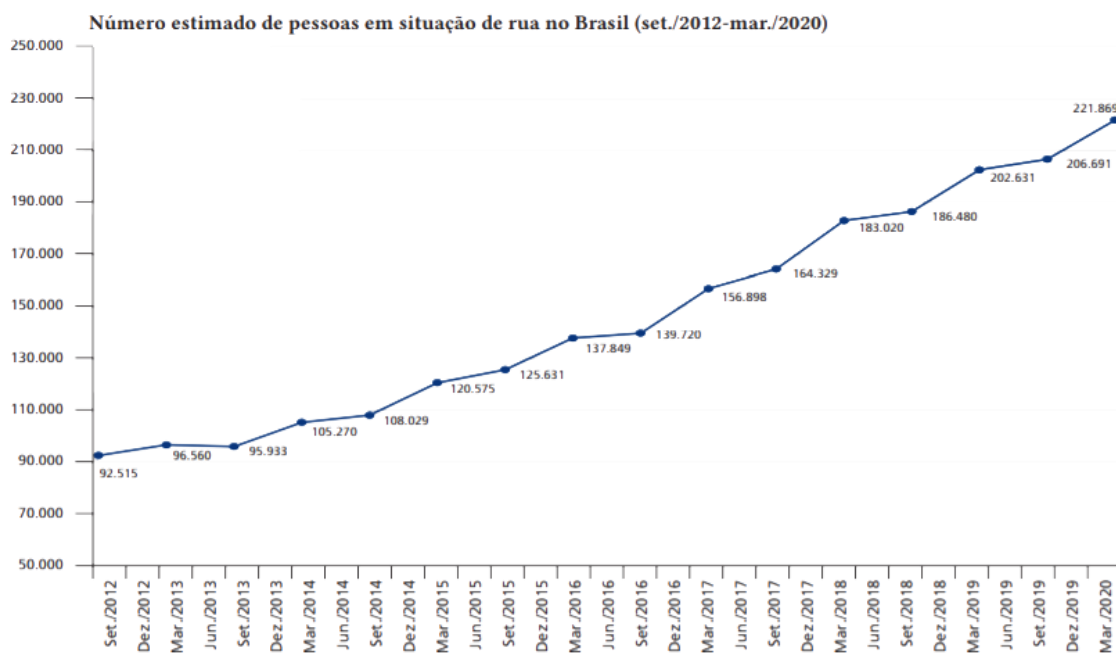
Um dos principais problemas observados nos grandes centros urbanos no século XXI é a população que, devido à questões diversas, não possui uma habitação própria e utiliza-se das ruas e de espaços públicos como moradia.

De acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

"considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória." (Brasília, 2009)

2.1 Dados Sobre a População em Situação de Rua (PSR)

Apesar de essencial, não existe uma contabilização nacional oficial da população em situação de rua no Brasil, os dados disponíveis são de pesquisas realizadas por diferentes instituições com suas respectivas metodologias. Os dados mais atuais de que se tem acesso são do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, que realizou uma estimativa dessa população entre setembro de 2012 e março de 2020.



Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

Fonte: IPEA, 2020

Através do gráfico realizado pelo IPEA é possível evidenciar o crescimento acentuado da população em situação de rua no Brasil, a dificuldade em contabilizar essas pessoas dá-se por alguns fatores: não haver um registro oficial pela falta de documentação de muitos deles, estarem em constante movimentação e a época em que o dado é coletado também interfere na quantidade de pessoas que possam estar na rua (sazonalidades como festas de fim de ano, por exemplo). A importância em se obter estatísticas a mais próxima da realidade possível se torna evidente também para planejamento dos programas sociais governamentais que auxiliam essa população, como por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF).

O Ministério da Cidadania possui esse levantamento de consulta pública online acerca das famílias em situação de rua que são beneficiadas pelo programa em todo o Brasil, no caso de Manaus, é possível verificar que a quantidade de pessoas cadastradas em relação à população de rua informada pela SEJUSC mais adiante, corresponde a apenas 37% da população em situação de rua em Manaus que se beneficia do programa.

Um número significativo, mas que ainda deixa muitos questionamentos quando os dados em que ele se baseia não são contabilizações oficiais e com metodologias de contagem padronizadas em toda a extensão do território nacional.

Grupos Familiares	Famílias Cadastradas	Famílias Cadastradas Beneficiárias do PBF
Indígenas	599	412
Ciganos	8	1
Quilombolas	8	3
Ribeirinhos	1.158	768
Extrativistas	75	57
Pescadores artesanais	356	248
Agricultores familiares	1.164	754
Assentados da Reforma Agrária	23	14
Acampados	124	118
Pessoas em situação de rua	749	526
Atingidos por empreendimentos de infraestrutura	19	12
Coletores de material reciclável	7.349	6.253
Beneficiários do Programa Nacional do Crédito Fundiário	3	0
Famílias de presos do sistema carcerário	225	173
Resgatados do trabalho análogo ao de escravo	444	207
Famílias pertencentes a comunidades de terreiro	9	7
Total	12.313	9.553

Fonte: Ministério da Cidadania, Cadastro Único para programas Sociais (Março/2021)

Fonte: Relatório de Programas e Ações. Ministério da Cidadania, 2020.

Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Em Manaus, segundo informado pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), através de um levantamento realizado em 2013, chegou-se a estimativa de que cerca de duas mil pessoas vivam nas ruas da capital, não contabilizando os imigrantes venezuelanos que vivem situação igualmente agravante na cidade.

A secretária adjunta de direitos humanos, Edmara Cambaúva, afirma que “o Centro de Manaus concentra a maior parte dos moradores de rua”. Em concordância com Aluísio Campos, conselheiro fiscal da Ardam (Associação de Redução de Danos do Amazonas) que também discorre: “A maioria dessas pessoas se abriga no Centro Histórico de Manaus e feiras no entorno...”.

Através de dados informados pela SEJUSC e o trabalho realizado pela então aluna da UFAM, Bianca Ramos Cavalcante, foi possível desenvolver um mapa que indica os principais focos de permanência dessas pessoas no centro histórico da cidade.



Mapa: Produção Autoral

É evidente a concentração dessa população em regiões de espaços públicos e áreas de grande circulação de pessoas durante o dia, mas vazias durante a noite, com destaque para a Feira da Manaus Moderna, a Avenida Eduardo Ribeiro e o Porto de Manaus que demonstram ser o maior foco de permanência.

2.2 Casas de Acolhimento em Manaus

Segundo dados disponibilizados pelo portal online do Ministério da Cidadania (2021), Manaus possui 21 unidades de acolhimento cadastradas oficialmente no portal e apenas um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Dessas 21 unidades de acolhimento existentes, sua grande maioria é especializada no acolhimento institucional a crianças e adolescente, mulheres em situação de risco, dependentes químicos ou idosos em situação de abandono e vulnerabilidade. Apenas o Centro POP (localizado no bairro Petrópolis) e o Serviço de Acolhimento Institucional Amine Daou Lindoso (localizado no Centro) são especializados em atender a população em situação de rua na cidade de Manaus. Sua capacidade é de aproximadamente 25 a 30 pessoas cada, o que não atende a demanda existente.

Frente aos dados informados de cerca de duas mil pessoas em situação de rua em Manaus e utilizando o atual Centro POP como referência, seriam necessários no mínimo 80 centros como esse para atender toda a população de rua da capital.

A capacidade reduzida não é, no entanto, algo ruim. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome junto da Secretaria Nacional de Assistência Social (2011), para garantia de um atendimento humanizado, o ideal é que esses equipamentos possuam escala reduzida, mas que sejam distribuídos proporcionalmente à demanda de cada município, o que, como demonstrado previamente, não é o caso de Manaus.



Foto: Serviço de Acolhimento Institucional Amine Daou Lindoso no bairro Centro

Fonte: Acesso Google Street View (2020)



Foto: Centro POP no bairro Petrópolis

Fonte: Acesso Google Street View (2020)

Apesar dessas reflexões, atualmente o que se observa ainda é problemático. Os grandes centros históricos, além de sofrerem evasão de moradia pela especulação imobiliária, também acabam assumindo sua principal identidade através de prédios históricos intocáveis com apenas caráter museológico e objetivo turístico. São ainda recentes e tímidas as iniciativas de retomada do centro como local de vivacidade urbana e não apenas turismo e “teatralização da vida cotidiana” (JEUDY, 1990, p.50).

O Censo de 2010 (IBGE, 2010) escancara a relação de mais de 6 milhões de brasileiros sem ter onde morar ou em situação precária de moradia e em contraste, aproximadamente, 6 milhões de edifícios abandonados sem uso espalhados pelo território. A especulação imobiliária e a supervalorização do turismo histórico tornaram o processo de gentrificação dos centros uma das principais questões a serem discutidas quando se fala sobre planejamento urbano.

O debate a respeito do uso desses edifícios abandonados, ou subutilizados, dos centros históricos como solução à questão do problema habitacional se mostra válido e atual.

3. Justificativa

O déficit habitacional vem sendo tema de pesquisa e dados desde 1995 pelo Instituto João Pinheiro, que há mais de 25 anos contabiliza a insuficiência ou inadequação das moradias nas principais cidades brasileiras.

Segundo Fábio Augusto de Carvalho Pedrosa, acadêmico de história e pesquisador na Universidade Federal do Amazonas, foram contabilizados mais de 90 edifícios históricos abandonados no centro da cidade de Manaus. Prédios em desuso e em situação precária que se encontram em estado de subutilização. Enquanto isso, os dados expostos pelo Instituto João Pinheiro revelam um déficit habitacional relativo de aproximadamente 14% no Amazonas, em contraste com o déficit médio brasileiro que se aproxima de 9,3%.

Em comparação às 2 mil pessoas em situação de rua na capital, os lotes em desuso em uma região central já dotada de equipamentos urbanos e infraestrutura se mostram atrativos para implantação de soluções habitacionais, sendo elas permanentes ou temporárias.

4. Objetivos

4.1 Objetivo Geral

Desenvolver um projeto arquitetônico para requalificação da antiga Casa do Estudante Universitário da UFAM de maneira à comportar adequadamente, com qualidade arquitetônica e função social urbana, uma Casa de Acolhimento Temporário para pessoas em situação de rua na cidade de Manaus. O projeto tem como prerrogativa principal respeitar a estrutura existente para proposta da arquitetura e abarcar as potencialidades de localização e orientação do lote no processo projetual.

4.2 Objetivos Específicos

Analisar a produção acadêmica e publicações de projetos sobre Centros de Acolhimento para PSR (Pessoas em Situação de Rua); Pesquisar produções acadêmicas e publicações oficiais sobre soluções à população em situação de rua; Coletar dados sobre acesso à moradia; Analisar casos de projetos que sejam similares à proposta; Delimitar conceitos e partidos norteadores da intervenção; Realizar diagnóstico do terreno e entorno imediato justificando a escolha do lote; Fazer uso e interpretar a legislação local; Realizar uma proposta projetual a partir do partido geral; Por fim, elaborar o anteprojeto arquitetônico.

5. Metodologia e Instrumentação

O processo projetual, antes de ser iniciado de fato, precisa ser apoiado em etapas iniciais de estudos e coletas de informações referentes à temática da intervenção. São necessários entendimentos mais aprofundados acerca do tema, reunião de dados estatísticos oficiais que justifiquem a problemática e referenciais teóricos que norteiem não somente o processo de projeto em si, mas que contemple uma perspectiva multidisciplinar acerca do que está sendo proposto quanto objeto arquitetônico.

O objetivo do processo projetual advém do entendimento de que existe uma problemática, oriunda de demanda social ou particular, a ser sanada através do objeto arquitetônico. Então antes de se ter o material (arquitetura consolidada) é preciso que haja uma necessidade (programa).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto arquitetônico da Casa de Acolhimento Temporário partirá desta prerrogativa entre demanda (população em

situação de rua necessitada de abrigo com qualidade habitacional) e proposta de solução (objeto arquitetônico resultante da demanda e realizado através de embasamento técnico-teórico).

6. Revisão Bibliográfica

6.1 Sobre as Políticas à População de Rua no Brasil

A primeira normativa a fazer referência à população de rua no Brasil foi a PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que, apenas em 2004, reconheceu a necessidade de atenção a essa parcela da população através dos serviços de proteção social especiais. A política descreve o seguinte parágrafo sobre o assunto:

“No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito.” (PNAS, Brasília, 2004, p.37)

Esses serviços se caracterizam por serem destinados à famílias e pessoas que estejam em situação de grande vulnerabilidade social e pessoal. Eles requerem acompanhamentos individualizados e personalizados de acordo com a necessidade de cada caso, podendo ser de média ou alta complexidade. No caso das Casas de Acolhimento (também chamadas casas de passagem), estas se enquadram nos serviços de alta complexidade.

Em 2005, foi acrescentado um parágrafo único no Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que esclarece que devem ser contemplados também programas para a população de rua dentro dos serviços da assistência social.

Um decreto sem número, de 25 de outubro de 2006, criou um grupo destinado a elaborar estudos e propostas acerca da problemática da população de rua. o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI - deveria trabalhar para apresentação de propostas de lei para sanar as questões dessa parcela da sociedade.

A resolução CNAS nº109 de 11 de novembro de 2009 fez a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O objetivo foi a especificação dentro dos programas ofertados os que a população em situação de rua se encaixa. Neste caso, seriam os PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua finalmente foi criada a partir do decreto de nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Ela esclarece a necessidade de que os entes da Federação que a aderirem devem criar também comitês para gerirem os projetos e que os mesmos tenham participação ativa popular.

6.2 Recomendações Normativas

Através do livreto produzido pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social) - Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - foi possível inferir uma série de normativas e recomendações que influenciam no desenvolvimento do projeto de Centros POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua).

“O Centro POP deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social. ” (Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Brasília, 2011, p.17)

Dentre as recomendações, destaca-se a que discorre a respeito das etapas que devem ser seguidas para implantação de um Centro POP na cidade. A primeira delas é a realização de um diagnóstico socioterritorial para que se tenha algumas informações como: localização e foco das pessoas em situação de rua na cidade, dados sobre o perfil e especificidades deles e mapeamento das redes de serviço que poderão trabalhar articuladamente ao Centro POP.

Sobre as recomendações aos espaços físicos das casas de acolhimento, o mesmo diz:

“Para promover uma acolhida adequada e escuta qualificada dos usuários, o ambiente físico deve ser acolhedor e assegurar espaços para atendimentos individuais, familiares e em grupo, em condições de sigilo e privacidade.” (Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Brasília, 2011, p.23)

Os espaços necessários ao funcionamento do centro devem ser, essencialmente: Recepção e acolhida inicial; Sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e atividades administrativas; Sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos; Salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários; socialização e convívio; Copa/cozinha; Banheiros masculinos e femininos; Refeitório; Lavanderia com espaço para secagem de roupas; Guarda de pertences, com armários individualizados; Higiene pessoal.

7. Lote Escolhido

7.1 O Lote

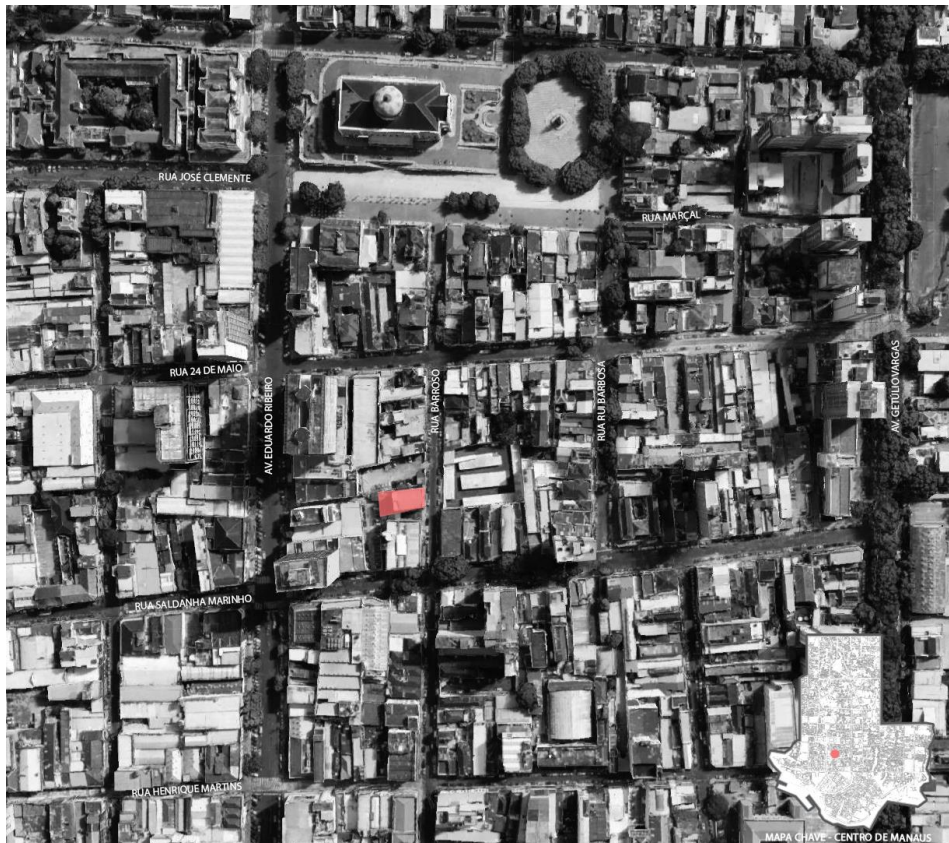
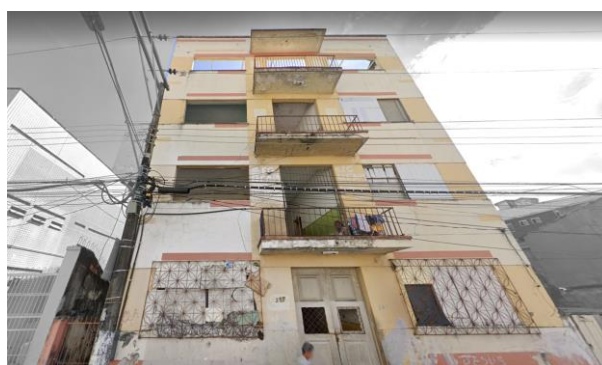


Foto: Acesso Google Street View (2020)

O lote escolhido para implantação da casa de acolhimento é onde hoje está localizada a antiga Casa do Estudante Universitário da UFAM e o lote ao lado, hoje utilizado como estacionamento privado. O edifício está situado na Rua Barroso, no Centro da cidade de Manaus. Em estado de abandono, o prédio encontra-se sem sua cobertura e esquadrias originais. Através de relatos e fotos do local, foi possível também constatar que o mesmo está sendo utilizado de moradia por pessoas em situação de rua. Desta forma, a intervenção proposta tem como principal objetivo utilizar a estrutura existente de concreto armado e propor uma nova arquitetura para um uso que já está determinado por usuários já consolidados.

A edificação original se caracteriza por uma estrutura em concreto armado, vedações em alvenaria cerâmica e vãos de esquadrias dispostos de forma racional no volume. O bloco de 4 pavimentos está implantado sem afastamento da calçada e com dois acessos, um principal centralizado na edificação e um acesso externo que leva à um pátio descoberto nos fundos do lote e ao nível do subsolo.

A casa foi moradia para diversos alunos enquanto a UFAM (então UA - Universidade do Amazonas) tinha sede no centro da cidade. Após a construção do campus universitário no bairro do Coroadó, a casa aos poucos foi entrando em situação de abandono, enquanto uma nova casa está em construção nas dependências do campus.



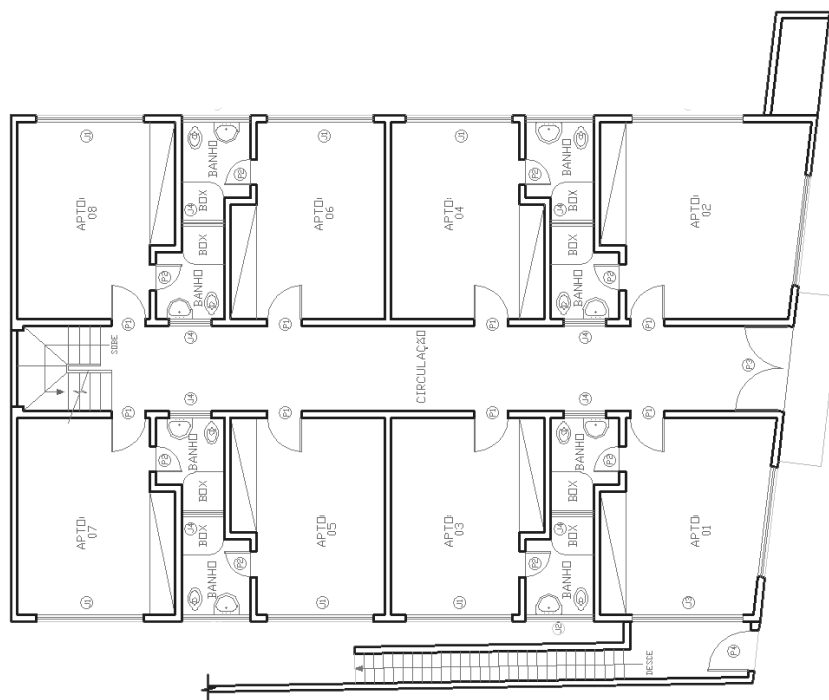
Fotos: Acesso Google Street View (2020)

7.2 Projeto Original

As plantas do projeto original fornecidas pela universidade mostram uma edificação com setorização dos ambientes em 3 tipos: áreas comuns, dormitórios e área de serviço. No térreo o acesso principal direciona a um estreito corredor onde é possível entrar nos quartos compartilhados que possuem banheiro próprio cada.

A circulação vertical localizada aos fundos do volume leva aos seguintes 3 pavimentos superiores. No térreo, 1º e 2º pavimento estão dispostos os dormitórios.

A partir desta planta já é possível verificar algumas problemáticas que não se adequam ao uso proposto neste trabalho. Casas de acolhimento precisam ter um acesso mais controlado, portanto, os dormitórios localizados no térreo não são a situação ideal, já que os serviços oferecidos não se direcionam somente à população que vive no prédio, mas a população de rua no geral.



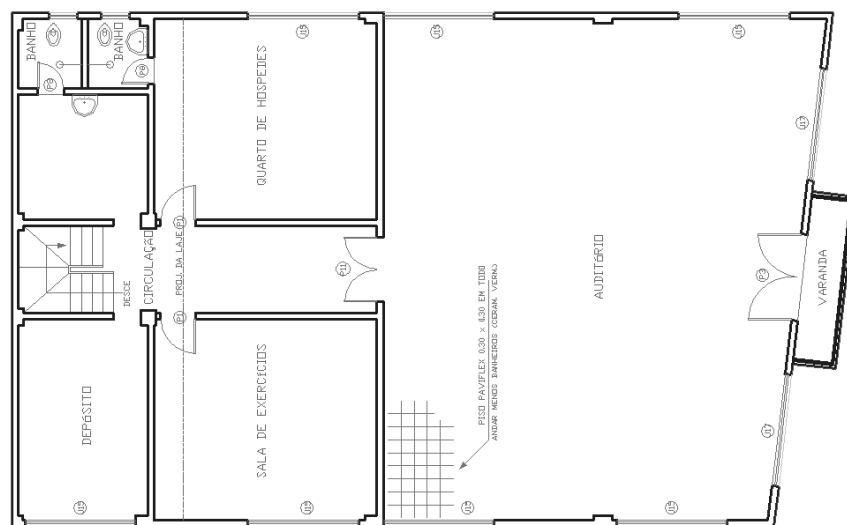
PLANTA-BAIXA - TÉRREO, 1º E 2º PAVIMENTOS

Plantas disponibilizadas pela Universidade Federal do Amazonas

No 4º e último pavimento estão localizadas áreas de uso comum, como a sala de exercícios e o auditório. É possível também verificar a existência de um dormitório para visitantes e banheiros. Esta planta também sugere alguns volumes nas paredes que podem dar

uma melhor noção da disposição da malha estrutural existente que segue um ordenamento racional.

Para a intervenção, não seria ideal uma área de uso comum com fluxo passando obrigatoriamente pelos pavimentos dos dormitórios. Os usuários de casas de acolhimento devem ser garantidos do direito de privacidade e dados uma sensação de segurança por terem sido retirados de um ambiente de violência.



PLANTA-BAIXA – 3º PAVIMENTO

Plantas disponibilizadas pela Universidade Federal do Amazonas

A cozinha, refeitório, banheiros compartilhados e todo aparato da área de serviços ficam localizados no subsolo. O refeitório é um grande vão aberto de onde se originam pilares circulares robustos que sugerem um pé-direito superior aos demais pavimentos.

Nos fundos do lote, sob uma laje de cobertura, está a lavanderia e o acesso à casa de gás e à cisterna. Uma escada de acesso lateral leva o fluxo de volta ao nível da rua na área externa.

7.3 Análise Estrutural

A partir do estudo das plantas disponibilizadas e das fotografias obtidas a partir do software Google Street View foi possível deduzir a malha estrutural existente na edificação. Os pilares, vigas e lajes são em concreto armado. Os pilares estão dispostos em uma organização do tipo A-B-B-B-A (longitudinalmente) e A-B-B-A (transversalmente) e o maior vão vencido chega a aproximadamente 5,20 metros, o que indica vigas de aproximadamente 45 centímetros de altura, ou algo próximo desse intervalo, segundo o funcionamento matemático deste tipo de modelo estrutural. Os pilares devem ter aproximadamente 30 centímetros de largura dado o número de pavimentos sendo suportados por eles.

A disposição simples e a escala da estrutura são compatíveis com o projeto de intervenção proposto, já que as casas de acolhimento se utilizam de escalas de projeto próximas do residencial.

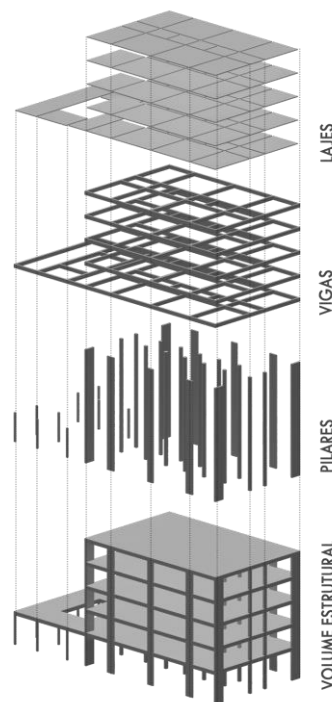


Diagrama: Produção autoral

7.4 Entorno: Relação Volumétrica e Usos do Solo



O edifício de projeto (volume em preto e área livre ao lado) está localizado em uma região onde pode-se observar predominantemente a presença de lotes destinados ao uso comercial ou misto (comercial no térreo e residencial nos outros pavimentos). Isto dá boa funcionalidade ao serviço proposto pelo projeto por estar situado em uma área de boa infraestrutura e com boa parte das edificações em escala residencial. As poucas verticalizações existentes são prédios destinados ao uso misto.

7.5 Condicionantes Normativas

Segundo o Plano Diretor da Cidade de Manaus (2014), é possível caracterizar o lote e as condicionantes normativas que devem nortear a intervenção. As principais a serem consideradas para o projeto são:



Zona Urbana: Sul

Setor: 01

Bairro: Centro

Verticalização: Média

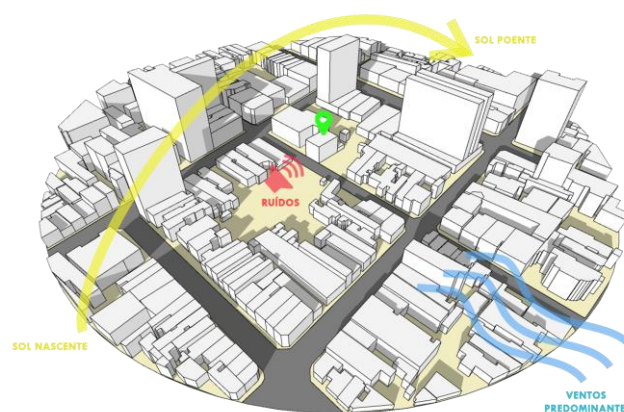
CAMT: 4,0

Gabarito Máximo: 16 pavimentos

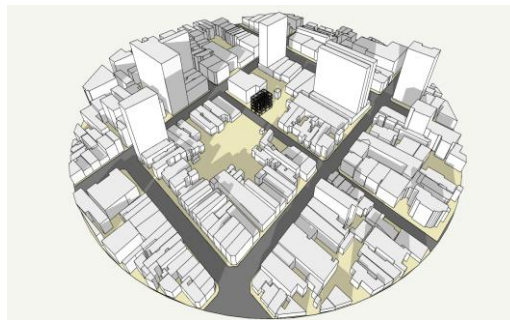
Diretrizes: Predominância dos usos comerciais e de serviços e incentivo ao uso residencial.

Do quadro de Uso e Ocupação do Solo: Albergues Assistenciais – Serviço Tipo 02

7.6 Condicionantes Ambientais

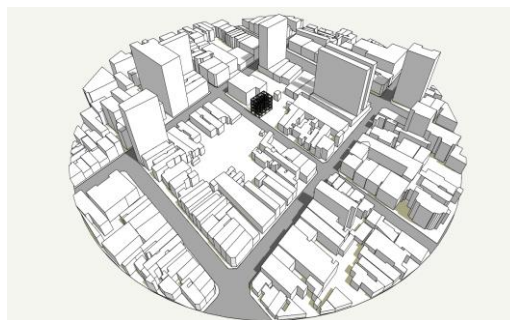


O diagrama acima produzido evidência as condicionantes ambientais que devem ser levadas em consideração no projeto de intervenção. A maior incidência solar é entre o período da manhã até aproximadamente as 14h quando os objetos do entorno não são capazes de produzir sombras no edifício. Os ventos predominantes vêm no sentido nordeste e a maior incidência de ruídos são provenientes da rua. As vistas a serem privilegiadas são duas: no sentido norte - Teatro Amazonas - e no sentido oeste - Avenida Eduardo Ribeiro.



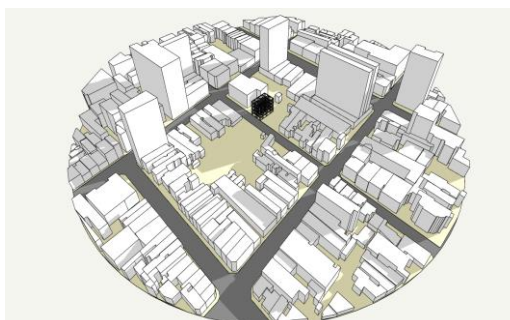
Ensaio de Insolação e Sombras

Horário: 07:30



Ensaio de Insolação e Sombras

Horário: 12:30



Ensaio de Insolação e Sombras

Horário: 16:30

8. Referências Projetuais – Estudos de Caso

8.1 Edifício Operação entre Empenas

Autor: Natura Futura Architectura

Local: Babahoyo, Equador

Ano: 2020

Área: 200m²

Contribuições para o projeto: Soluções de fachada; intervenção de baixo custo; material como modulador

O projeto está localizado no centro da cidade de Babahoyo, no Equador, e teve como principal propósito a revitalização da fachada de um edifício antigo e abandonado, com a intenção de dar-lhe nova vida e propósito. O centro de Babahoyo caracteriza-se por uma forte presença de arquitetura oriunda da autoconstrução, dessa forma as edificações são diversas e possuem soluções bem distintas entre si. A intervenção utilizou-se de dois princípios norteadores: A fachada com duplo uso e o tijolo como modulador. Diferente de mera membrana dividindo o dentro e o fora, a fachada ganha uso duplicado ao intercalar seus volumes criando no interior prateleiras, estantes e mesas, e no exterior terraços vegetais flutuantes.



Foto: Natura Futura Architectura

A intenção é otimizar o espaço interno e um muro de tijolos com vegetações que tivesse uso também para cidade. A fachada possui dimensões de 8 metros de largura por 10 metros de altura, o que permitiu a utilização dos tijolos tradicionalmente produzidos em larga

escala nas periferias. Sua modulação determinou o intervalo de cheios e vazios e suas proporções na fachada.



Foto e desenho: Natura Futura Arquitectura

8.2 Casa-Abrigo para os Sem-Teto

Autor: Javier Larraz

Local: Espanha

Ano: 2010

Área: 995m²

Contribuições para o projeto: Soluções de fachada; programa de necessidades; proporções e escala; controle de acessos

A proposta do abrigo desenvolvido por Larraz é de uma espécie de “caixa silenciosa”, que tem por objetivo proteger seus usuários de olhares curiosos e dar privacidade. Através de espaços com flexibilidade de usos, o edifício foi pensado para receber diferentes tipos de pessoas e um espaço relativamente limitado. O abrigo dispõe de quartos, refeitórios, salas de terapia ocupacional e salas de recreação. Através de brises verticais metálicos e vidros

opacos a caixa se fecha em si mesma, mas ainda permitindo ao usuário no interior do prédio observar o mundo exterior, dando privacidade, segurança e gradação visual enquanto o mesmo passa pelo processo de reinserção social.



Foto: Iñaki Bergera



Desenho: Javier Larraz



Foto: Iñaki Bergera

8.3 Abrigo para Desabrigados

Autor: Xystudio

Local: Jankowice, Polônia

Ano: 2019

Área: 1.485m²

Contribuições para o projeto: Setorização; programa de necessidades; proporções e escala; controle de acessos

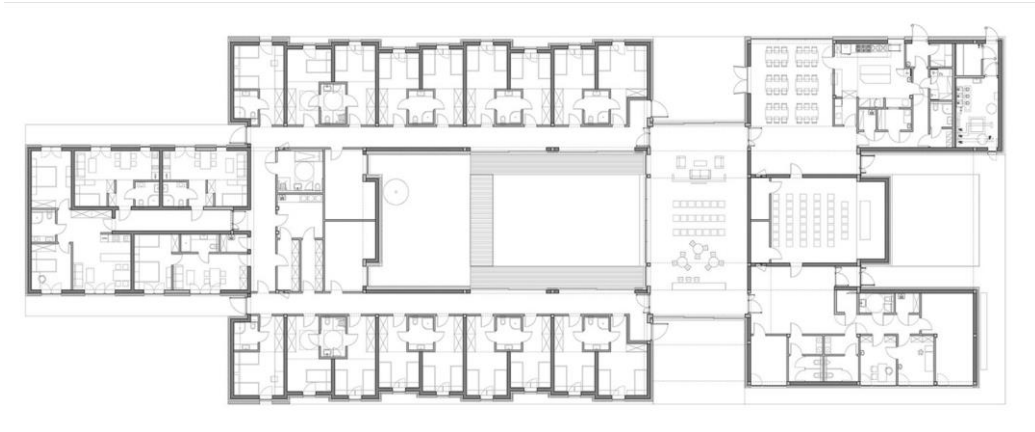
O abrigo foi pensado pelo escritório para atender pessoas em situação de vulnerabilidade que não se encaixam no sistema público de atendimento, e que também dependem de assistência 24 horas. Dessa forma, o volume térreo locado em paisagem rural da Polônia é dividido em três zonas principais. Cada uma delas separada por paredes de tijolos maciças e espaços abertos. O acesso é organizado de forma que o bloco Leste dispõe da recepção e administração. Um volume separado composto pela área de convívio divide o bloco Leste das duas naves onde estão locados os dormitórios divididos por gêneros. E, por fim, o bloco no extremo oposto, Oeste, está localizada a área de permanência dos funcionários cuidadores.



Foto: Xystudio

O volume foi projetado de forma que seja eficiente, sustentável, de fácil operação e baixa manutenção. Algumas das estratégias são um sistema de captação de águas

pluviais e estratégias passivas de ventilação. O edifício foi todo construído com materiais reutilizados e de produção local.



Desenho: Xystudio



Foto: Xystudio

9. Programa de Necessidades

9.1 Composição do Sistema de Atendimento

O usuário ao chegar na casa de acolhimento precisa passar por um processo inicial de triagem. Através desse primeiro reconhecimento da sua situação, é possível entender as estratégias que serão adotadas em cada caso específico. A triagem acontece ainda na recepção da instituição, após isso o usuário pode guardar seus pertences pessoais em um guarda-volumes, se necessário, e em seguida é atendido por um profissional de serviço social. Este é responsável por entender melhor quem é aquela pessoa, o porquê de ela estar nesta situação e

que tipos de cuidados ela precisa, além de coletar algumas pistas sobre seu estado de saúde, para em seguida o usuário ser dirigido a um processo de higienização.

Esta etapa funciona como um cuidado médico preliminar para dar atenção a ferimentos urgentes e situações de saúde mais críticas. Após isso, é sugerido que eles recebam alimentação ou descanso, para assim, poderem prosseguir para a avaliação psicológica.

A análise psíquica é indispensável e etapa final que determina a abordagem a ser utilizada naquela situação. É também o que dirá se o usuário precisará ser encaminhado para outra instituição de atendimento, como clínicas de reabilitação específicas, hospital psiquiátrico, internação hospitalar ou se o mesmo pode ser direcionado a atividades e comodidades da própria casa de acolhimento para prosseguir com o atendimento através dos serviços do próprio local.

Apesar de alguns exemplares internacionais, e mesmo nacionais, de instituições em escalas maiores que possuem atendimento mais complexo e integram diversas funcionalidades em um só empreendimento, o que recomendam as associações brasileiras de assistência social é que sejam dispostos diversos Centros Especializados de Atendimento a População de Rua (Centros POP) em toda região urbana de acordo com a proporção da população de rua que habita na mesma. É recomendado também que estes mesmos centros atuem em rede, conectados a outros serviços localizados em regiões próximas - hospitais, clínicas, delegacias, serviços de atendimento público, etc. - e não isolados em si mesmos.

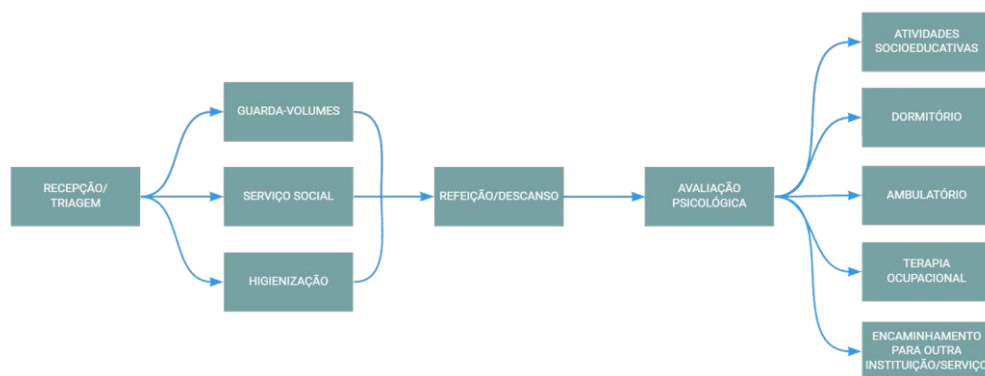


Diagrama: Produção Autoral

9.2 Programa de Necessidades Setorizado

PROGRAMA DE NECESSIDADES						
Ambiente	Qtd.	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Área do Setor (m²)	Circulação (20%)	Área Total do Setor (m²)
Setor Administrativo						
Recepção	1	15,3	15,3	137,46	27,492	164,952
Guarda-Volumes	1	4,78	4,78			
Administração	1	22,5	22,5			
Diretoria	1	10	10			
Arquivo e Almoxarifado	1	10,5	10,5			
Sala de Reunião (10 pessoas)	1	20	20			
Sala de Segurança	1	7,2	7,2			
Recepção Adm	1	17	17			
Banheiro Feminino	1	11,5	11,5			
Banheiro Masculino	1	11,5	11,5			
Depósito	1	7,18	7,18			
PROGRAMA DE NECESSIDADES						
Ambiente	Qtd.	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Área do Setor (m²)	Circulação (20%)	Área Total do Setor (m²)
Setor de Assistência Social						
Sala de Monitoria	1	9	9	295,7	59,14	354,84
Sala Assistente Social	2	36	36			
Psicólogo	2					
Fonoaudiólogo	1					
Práticas Jurídicas	1	9	9			
Terapia Ocupacional	1	11,7	11,7			
Sala Multiuso	1	15	15			
Sala de Aula	2	29,5	59			
Banheiro Feminino	1	11,5	11,5			
Banheiro Masculino	1	11,5	11,5			
Área de Convivência	2	23,3	46,6			
Dormitórios	8	10,8	86,4			
PROGRAMA DE NECESSIDADES						
Ambiente	Qtd.	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Área do Setor (m²)	Circulação (20%)	Área Total do Setor (m²)
Setor de Recreação						
Biblioteca	1	11,5	11,5	870	174	1044
Horta Coletiva	1	130	130			
Sala de Jogos	1	12,5	12,5			
Sala de Práticas Religiosas	1	18	18			
Ateliê	1	10	10			
Vão Livre Multiuso	1	65	65			
Área de Recreação Externa	1	600	600			
Banheiro Feminino	1	11,5	11,5			
Banheiro Masculino	1	11,5	11,5			
PROGRAMA DE NECESSIDADES						
Ambiente	Qtd.	Área Unitária (m²)	Área Total (m²)	Área do Setor (m²)	Circulação (20%)	Área Total do Setor (m²)
Setor de Serviços e Apoio						
Ambulatório	1	12	12	284,32	56,864	341,184
Lavanderia Comunitária	1	17,5	17,5			
Refeitório	1	45	45			
Cozinha	1	20,4	20,4			
Recepção e Higienização (cozinha)	1	7,23	7,23			
Vestiário Feminino	1	23,55	23,55			
Vestiário Masculino	1	23,55	23,55			
Depósito	1	2	2			
Sala de Funcionários e Copa	1	7,3	7,3			
Área de Serviço	1	3,2	3,2			
ETE	1	37,54	37,54			
Compostagem	1	32,9	32,9			
Casa de Gás	1	7,25	7,25			
Reservatórios	2	6,8	13,6			
Área Técnica (Cobertura)	1	24	24			
Lixeira	1	7,3	7,3			

Tabela: Programa de Necessidades Setorizado

9.3 Programa Setorizado no Volume

Ao nível do térreo o volume foi recortado de forma a produzir uma marquise de proteção na entrada. Neste mesmo nível está localizado todo setor de triagem e atendimento preliminar (em verde). Nos pavimentos superiores foram locados os dormitórios (em azul), por

questões de controle de circulação. Dessa forma, todos os serviços oferecidos podem ser acessados ainda no térreo, sem necessidade de cruzamento de fluxo. No último pavimento foi locado o setor administrativo (em amarelo) na fachada menos nobre do edifício, mas que tem visão de controle do acesso ao edifício.

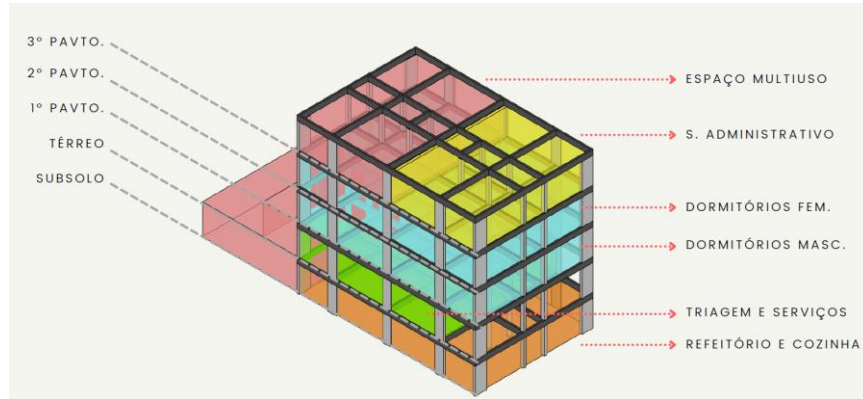


Diagrama: Produção Autoral

No mesmo nível do setor administrativo fora locado uma área de uso comum (em rosa) com intenção de ser um espaço multiuso usado eventualmente. A intenção se justifica no fato desta ser uma fachada de vistas para o Teatro Amazonas e para a Av. Eduardo Ribeiro, assim, dando a possibilidade de apreensão deste espaço aéreo para pessoas que normalmente não ocupam espaços verticalizados, portanto, doando a vista à eles.

No subsolo estão locados o setor de serviços e apoio (em laranja) e as demais áreas de uso comum (em rosa, nos fundos do edifício).

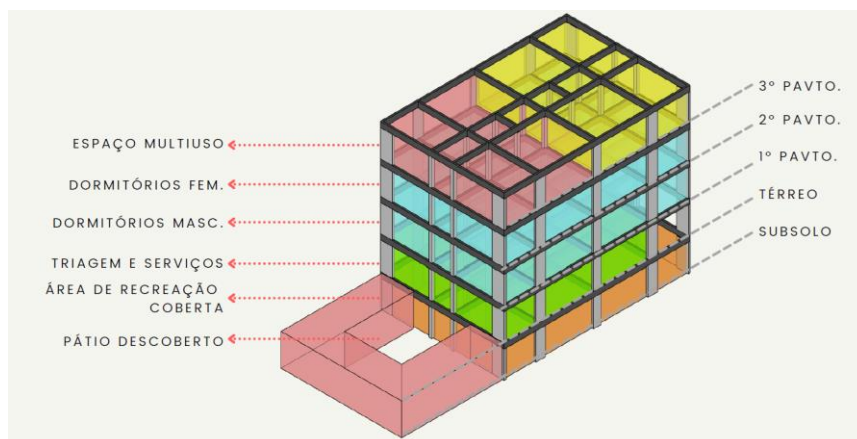


Diagrama: Produção Autoral

10. Conceito e Partido Arquitetônico

10.1 Reflexões sobre o tema – Conceito

O principal termo norteador de toda construção arquitetônica do projeto deve ser o acolhimento. O entendimento a respeito dessas casas é de que devem ser espaços que são mais residenciais e espaços de habitação, e menos instituições. O acolhimento em questão é apreendido como um processo que constitui diversas etapas.

O acolhimento é, então, não ato concretizado e replicável, mas processo complexo e singular a cada pessoa. É gradual e resultado de experiências e exercícios de confiança, suporte, compreensão e oferta de oportunidades.

É, portanto, resultado de um caminho a ser percorrido. Dessa forma, a própria casa de acolhimento deve ter em sua configuração essas etapas materializadas em tijolos e concreto.

Um dos maiores pontos de atenção ao projeto de instituições deste gênero é a escala, tanto do volume arquitetônico quanto de seus espaços internos. A pessoa em situação de rua chegou em seu estado de maior vulnerabilidade, seja física ou psíquica, então o espaço responsável por acolhe-la deve ser discreto, sóbrio e protegido em seu exterior. E por dentro deve ser possibilitado o crescimento e reencontro da pessoa com ela mesma. Enquanto o externo é privado, oculto do entorno, o interior deve ser possibilidades, vivo, ressignificante.

10.2 Limitações e Potencialidades

Limitações:

- Estrutura existente que deve ser mantida, e que também determina algumas imposições à configuração do volume e planta.
- Falta de projetos nacionais exemplares desse tipo de edificação na escala proposta.

Potencialidades:

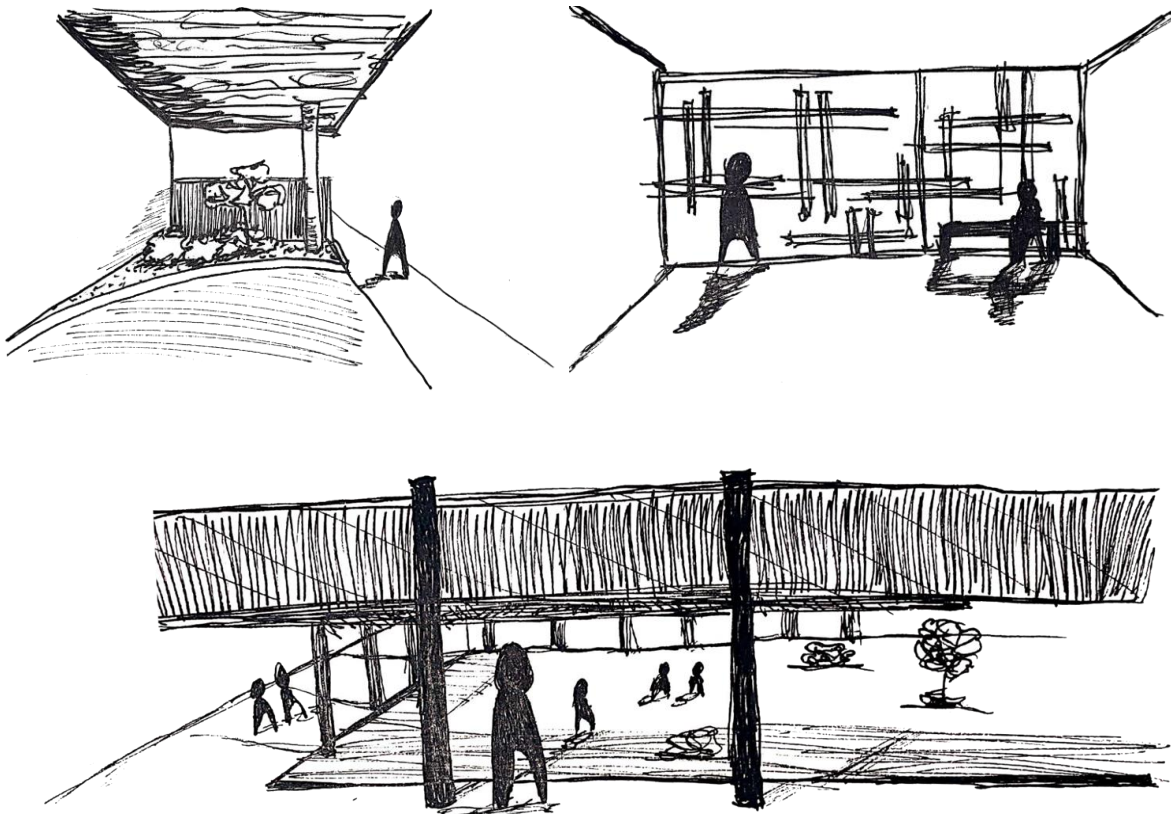
- Terreno em escala residencial, que é escala desejada ao projeto proposto.
- Topografia existente que faz um recorte no lote e possibilita a existência de um pavimento subsolo, não necessitando maior verticalização do volume.
- Localização central e estratégica próxima aos pontos de concentração da população em situação de rua.

10.3 Reflexões Projetuais – Partido Arquitetônico Adotado

Considerações ao exercício do desenho projetual:

- O edifício tem caráter público, portanto, é desejável que seja de baixa e fácil manutenção.
- O layout deve oferecer a flexibilidade.
- A proteção da privacidade dos usuários deve ser levada em conta em todos os aspectos do projeto.
- A escala utilizada deve ser sempre humanizada.
- Deve-se ter atenção especial aos vãos e como protegê-los por ser apontado um alto risco de suicídio dentre este grupo de pessoas.
- Os materiais empregados devem ser simples e de produção local para que o volume seja melhor apreendido como casa e assemelhado pelos usuários a construções já apreendidas.

O controle visual deve estar presente em todo o projeto, pela segurança dos servidores e dos usuários.



Desenhos: Produção Autoral

11. Proposta de Intervenção

11.1 Implantação Geral



Implantação Geral e Planta de Cobertura

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

O acesso principal do volume se dá pela fachada principal, no entanto, deslocado da centralidade. O programa está distribuído entre o volume principal (01) da edificação, o volume de fundos onde está a horta (03) e a área de recreação externa (04).

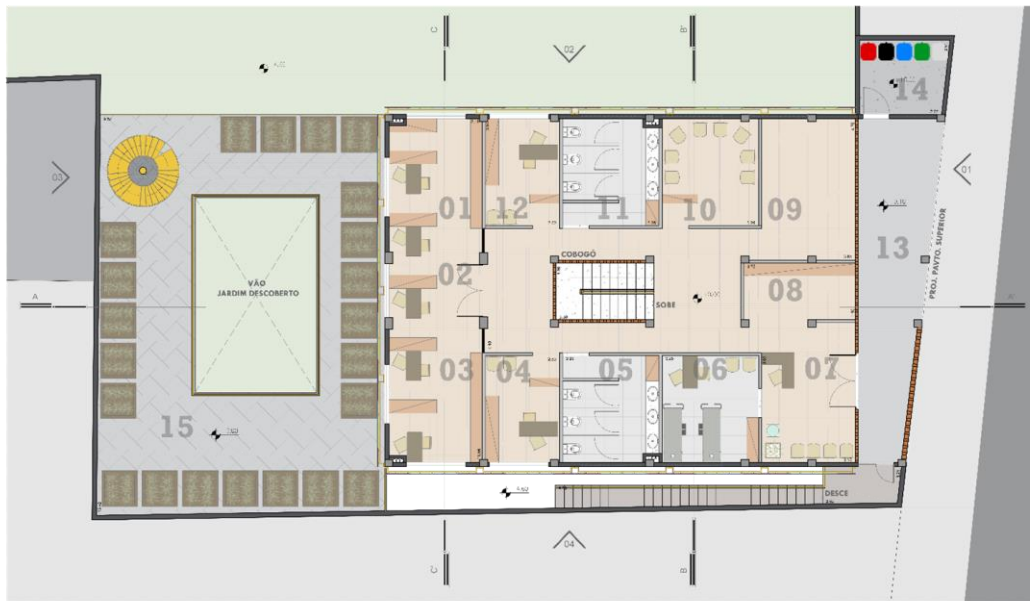
O pátio coberto (abaixo da horta) tem o objetivo de garantir uma área de recreação privada dos olhares das edificações no entorno.

O volume possui uma cobertura em telha galvalume de duas águas protegidas visualmente por uma platibanda. Na cobertura também se dispõem a área técnica de ar-condicionado e caixas d'água (02).

O acesso de serviços, ou eventual acesso de terceiros, pode ser feito através da fachada sul, onde possui uma escada que leva ao nível do subsolo, onde se encontram as dependências de serviços.

A lixeira e casa de gás (05) se encontram na lateral oposta, na fachada norte, com acesso externo. O recuo do lote anexado criou uma praça pública (06) e nos fundos dele se encontra o acesso à compostagem e E.T.E. (07) ao nível do subsolo.

11.2 Plantas



Térreo

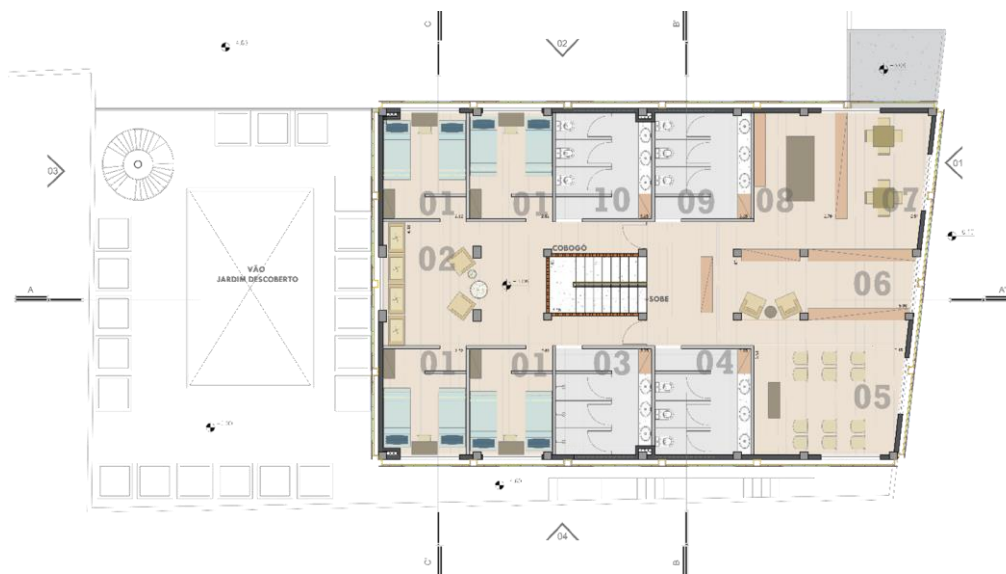
Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

Todo setor de triagem e atendimento se encontra no pavimento térreo para que não haja cruzamento de fluxo entre: novos usuários, usuários de passagem, servidores e prestadores de serviços. Dessa forma, o acesso se dá necessariamente primeiro pela recepção (07) e em diante podem ser acessadas as demais dependências do térreo e a circulação vertical centralizada no edifício.

O volume térreo foi recuado para que fosse gerado um acesso coberto (13) antes da entrada no edifício, criando uma transição entre o público-privado e dando abrigo inicial do sol e da chuva.

No exterior, ao nível do térreo, é possível ter acesso à escada lateral externa que leva ao subsolo. Esse fluxo pode ser feito por prestadores de serviço, servidores do prédio ou pode funcionar como acesso controlado de terceiros em eventos esporádicos.

Todos os ambientes descritos no fluxo de atendimento se encontram no pavimento térreo da intervenção, além de banheiros e depósito.



1º Pavimento

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

O primeiro pavimento é dividido pela circulação vertical em dois setores distintos: dormitórios femininos (01) e áreas de uso comum (05, 06, 07 e 08). A separação foi feita para que as áreas de livre acesso fossem dispostas ao longo da verticalização sem comprometer a segurança e o controle do acesso aos dormitórios.

O controle é feito por meio de vedação que limita o acesso aos dormitórios a quem tiver a chave de acesso, enquanto que as áreas comuns são livres.

Os dormitórios possuem quatro quartos com capacidade para 3 usuários cada. Os banheiros e chuveiros são de uso comum dos dormitórios e encontram-se na mesma prumada de ambientes molhados em toda a verticalização do volume. Ainda no setor dos dormitórios foi criado uma área de convivência íntima (02) para uso e socialização conforme vontade dos usuários.

Dentre os ambientes de uso comum, destacam-se a biblioteca (06) e sala de jogos (07) que se encontram sem grandes vedações, com a intenção de ser setorizada no espaço apenas pelo próprio mobiliário, possibilitando a entrada de iluminação e ventilação natural no centro do edifício através da fachada principal.



2º Pavimento

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

O segundo pavimento também é dividido pela circulação vertical nos setores de dormitórios e espaços de uso comum. A repetição se dá para que o pavimento seja exclusivo dos dormitórios masculinos (01). A setorização dos dormitórios por gênero e em pavimentos se justifica nas recomendações feitas pela professora Lidiany acerca da garantia de segurança aos usuários, que já se encontram em situação de vulnerabilidade psíquica, portanto, podem estar sujeitos a eventuais surtos psicóticos que podem gerar episódios de violência. A separação e controle do acesso, neste caso, se tornam indispensáveis.

Além da distinção entre dormitórios, há também no segundo pavimento salas de aula (05 e 07) destinadas a cursos eventuais, partes do programa de ressocialização adotado pela casa, e um espaço de convivência geral (06).



3º Pavimento

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

No terceiro e último pavimento é onde se desenvolvem todas as atividades referentes ao setor administrativo. A escolha de setoriza-lo no nível mais alto e voltado para a fachada da rua se dá pelo controle visual do entorno de acesso ao edifício.

O pavimento também reserva o acesso mais nobre à vista à um espaço de uso coletivo e comum. O vão livre multiuso (10) pode dar espaço a atividades socioeducativas e eventos internos da casa enquanto permite acesso visual às vistas mais nobres da cidade (Av. Eduardo Ribeiro e o Teatro Amazonas) para pessoas que normalmente não ocupam esses espaços verticalizados.

O acesso à administração se dá por meio de uma recepção própria (01), a partir daí é possível acessar a administração geral (02), sala de diretoria (03), arquivo e almoxarifado (07), sala de segurança (08), depósito (04) e sala de reunião (06).



Subsolo

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

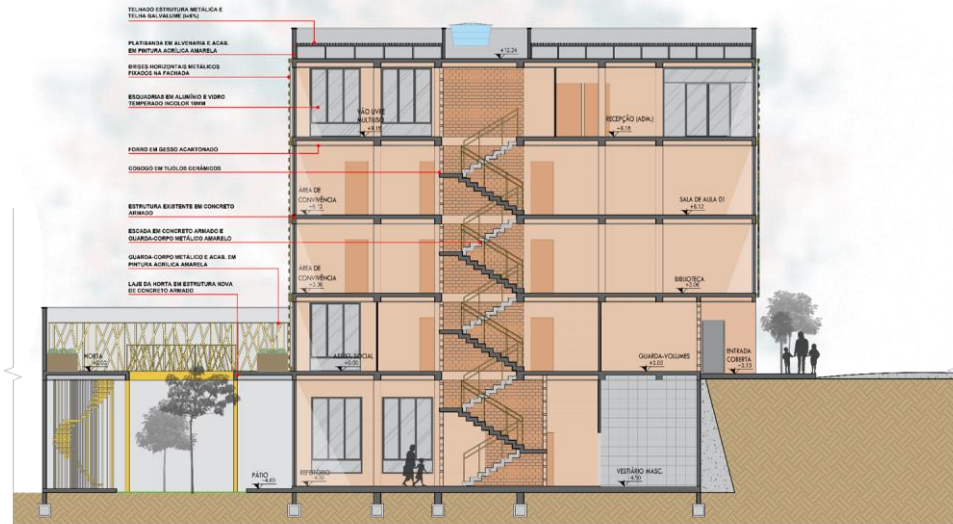
Por fim, no nível do subsolo é onde se desenvolvem todas as atividades referentes aos serviços de manutenção do prédio, áreas restritas à funcionários, a cozinha (02) e refeitório coletivo da casa.

O refeitório (01) conectado ao setor de triagem e atendimento (no térreo), e independente do setor de dormitórios, permite à casa ofertar, além dos serviços de acolhimento, refeições para usuários que não necessariamente moram no prédio. Ele é um grande vão livre que dá acesso ao pátio externo, onde se dão as demais atividades ao ar livre.

Na área externa, acessada por meio de um pátio coberto (11), é onde se encontra a lavanderia coletiva (14), o acesso vertical à horta (15) acima do pátio e também à área de recreação externa (16), com mobiliário diverso para prática de esportes.

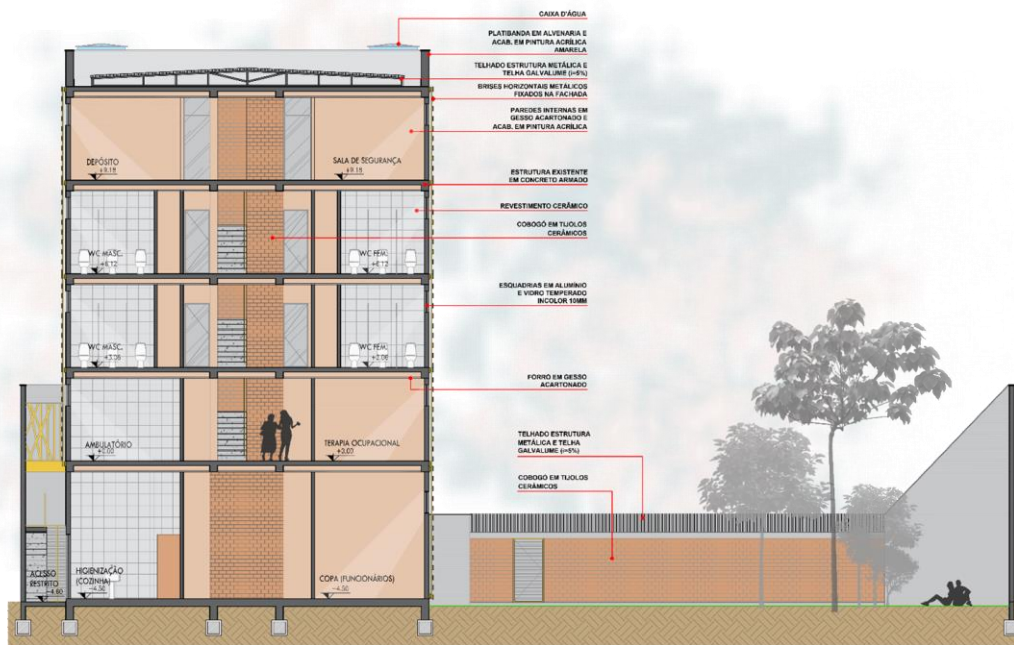
Nos fundos do lote foram locadas a compostagem (18) e a E.T.E. (19) do projeto, e já abaixo da lixeira do térreo têm-se acesso ao depósito de gás (17).

11.3 Cortes



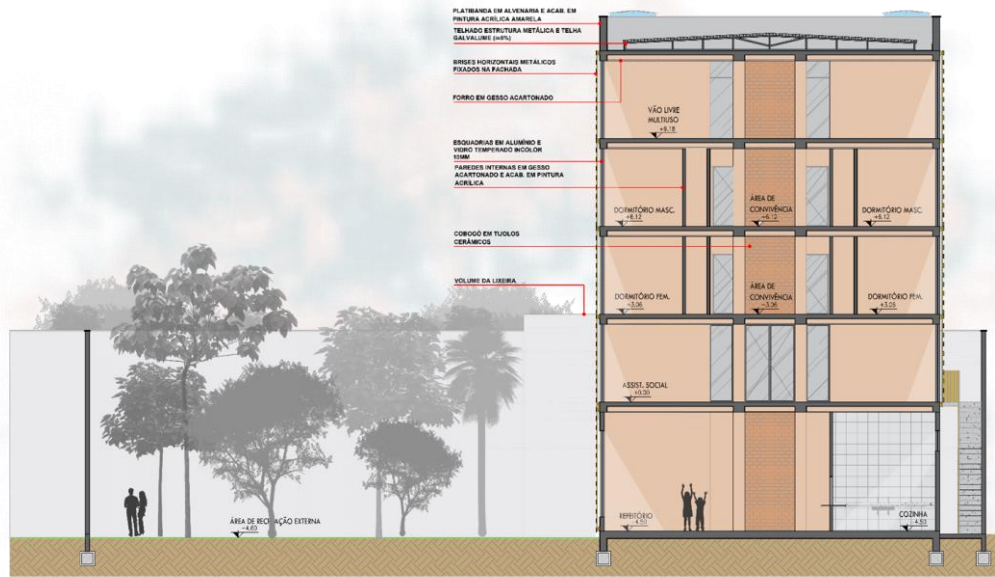
Corte AA'

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.



Corte BB'

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.



Corte CC'

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

Os cortes técnicos possibilitam melhor visualização da topografia do terreno, onde a existência de um pavimento subsolo diminui a necessidade de maior verticalização do volume, chegando assim a um gabarito mais próximo do residencial e também das edificações do entorno.

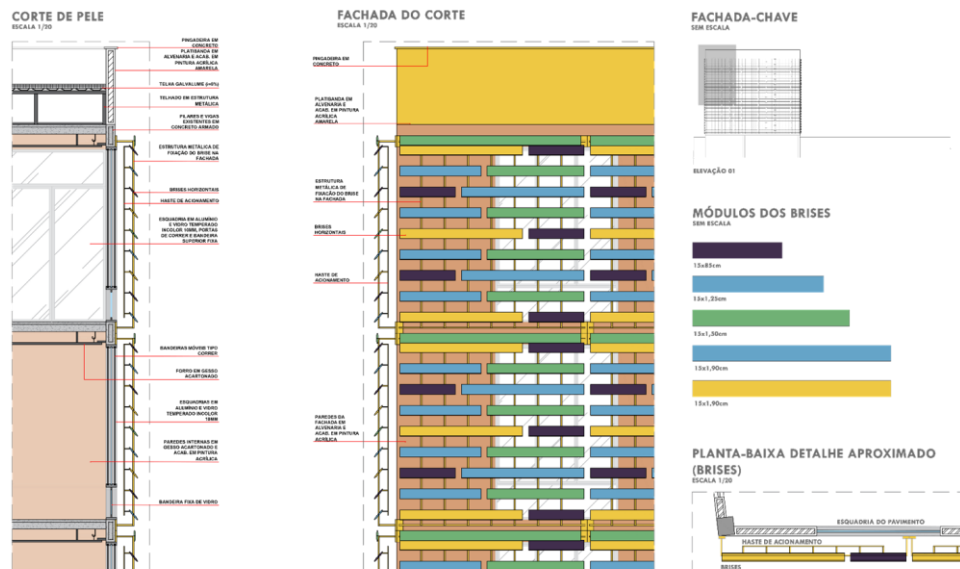
O pé-direito duplo do subsolo cria um maior acesso à iluminação e ventilação natural, além de proporcionar conforto visual para as áreas verdes do lote.

O vão da escada, além de contar com guarda-corpo metálico, encontra-se protegido por meio de paredes em cobogós de tijolos vazados, os mesmos utilizados na fachada principal e em outras áreas do projeto.

A cromatização das paredes internas em tom de terracota assemelha-se a tonalidade dos tijolos em alvenaria, materialidade facilmente apreendida pelos usuários da casa, gerando assim uma sensação maior de familiaridade e segurança.

Os vãos de esquadrias têm os menores peitoris possíveis para que o prédio seja bastante permeável visualmente por quem está dentro, mas protegido por brises horizontais tanto das intempéries e insolação, quanto dos olhares externos curiosos.

11.4 Corte de Pele e Detalhamento de Brises

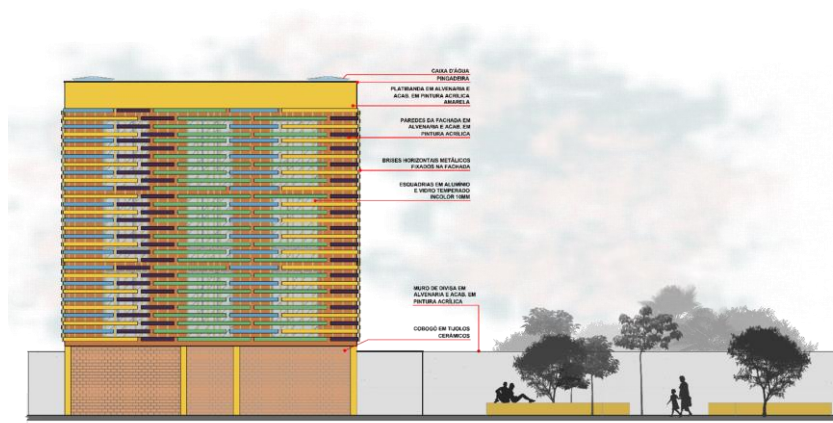


Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

Os brises utilizados nas fachadas estão fixados por meio de estrutura metálica diretamente nos pontos de encontro da estrutura em concreto armado (pilar-viga). Afastados da fachada possibilitam através de uma haste de acionamento seu melhor direcionamento.

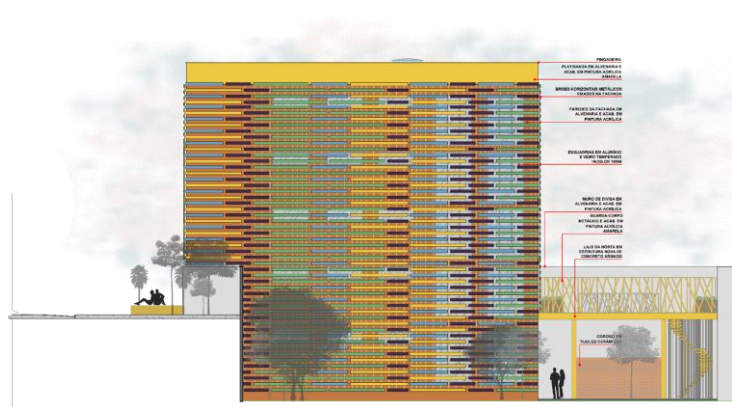
Eles possuem 5 módulos distintos diferenciados por cores e dispostos na fachada em uma ordem aleatória e dinâmica. A cromatização e diversidade de dimensões busca uma intenção de uma fachada mais lúdica e atrativa para àqueles que precisam do serviço ofertado pelo projeto, mas que ainda chegam à casa com sentimentos de desconfiança pelo caráter geralmente sóbrio e frio das unidades de acolhimento.

11.5 Fachadas



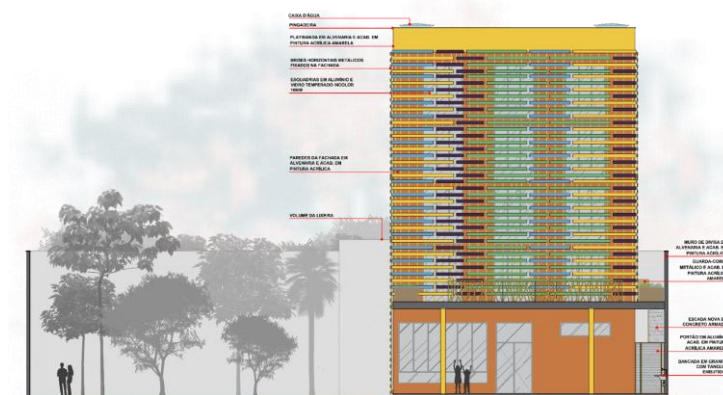
Fachada 01

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.



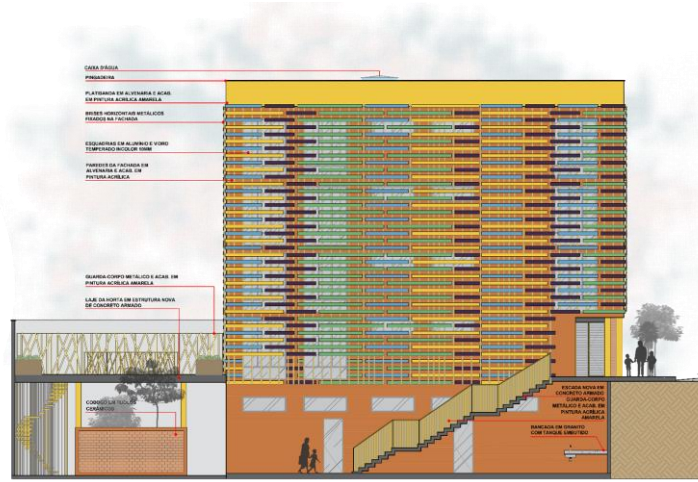
Fachada 02

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.



Fachada 03

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.



Fachada 04

Conferir plantas técnicas anexadas para informações mais detalhadas do projeto.

11.6 Perspectivas



Fachada Principal



Fachada Principal



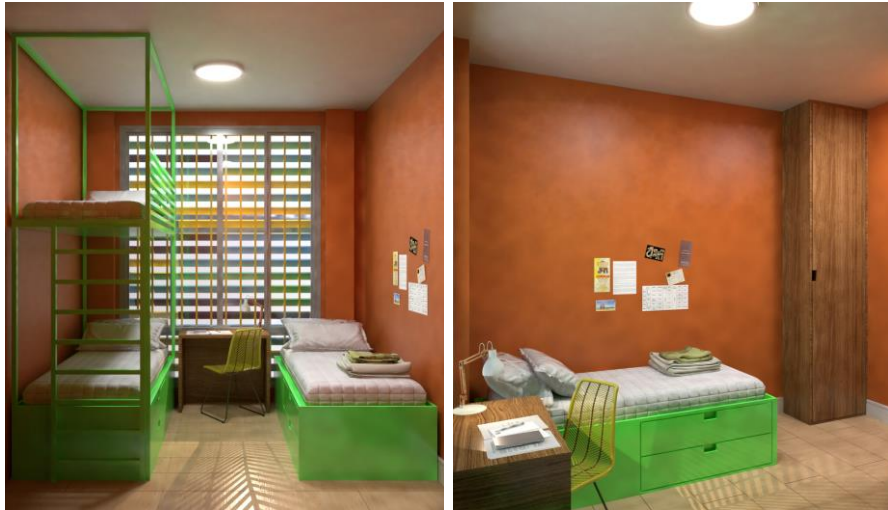
Fachada Principal



Área de Recreação Externa



Horta Coletiva



Dormitórios



Área de Convivência Íntima



Biblioteca

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Decreto nº 1.124, de 25 de outubro de 2006.** Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências; Brasília: 2006.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: Aprendendo a Contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília, DF; MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

CARDOSO, Ricardo B C. **Centros Históricos e Seus Desafios Contemporâneos.** In: Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 3, 2012, Cachoeira.

Carta de Atenas. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC/edusp, s/d. LE CORBUSIER.

COSTA, Fernando B. **Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Noélio Martins. **A Rua como Lar: Invisibilidade de Pessoas em Situação de Rua no Centro de Manaus.** Manaus: PPGSCA, 2019.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & A Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a Questão da Moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil** (Setembro de 2012 a Março de 2020). Brasília: IPEA, 2020.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec., 1996.

MASLOW, Abraham H. **A Theory of Human Motivation**. *Psychological Review*, p. 370-396. 1943.

MENEGUELLO, C. **O Coração da Cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos**. IPHAN.

Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação - Centro POP. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2011.

Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004. Brasília: 2005.

Relatório de Programas e Ações. Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SILVA, Elvan. **Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

Orientações Técnicas: **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**.